

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.478 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
RECDO.(A/S) : **ARISTON FRANCISCO DOS SANTOS**
ADV.(A/S) : **ADEMIR CALONGA DA SILVA**

DECISÃO:

O recurso extraordinário é inadmissível, tendo em vista que a questão constitucional foi suscitada de modo inaugural nos embargos declaratórios opostos contra o acórdão impugnado, o que não atende ao requisito do prequestionamento. Incide, no caso, a Súmula 282/STF. Nessa linha, vejam-se, o AI 133.690-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, e o AI 502.659-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal é firme em exigir o regular prequestionamento das questões constitucionais suscitadas no recurso extraordinário, ainda que se trate de matéria de ordem pública. Nesse sentido: RE 567.165-AgR, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie; AI 856.947-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli; ARE 713.213-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; e AI 733.846-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO
Relator